

Zona de sombra sobre o Jornalismo

Beatriz Marocco

Resumo

Este artigo explora a produção teórica que aproxima scholars alemães e norte-americanos, como Albert Schäffle (1831-1903); Karl Knies (1821-1898); Karl Bücher (1847-1930); Ferdinand Tönnies (1835-1936); Albion Small (1854-1926); Edward Ross (1856-1951); Max Weber (1864-1920); e Robert Park (1864-1944); pretende resgatá-la da pré-história do jornalismo e, com isso, materializar evidências de que essa produção crítica sobre as práticas jornalísticas, reunida em parte por H. Hardt (1979) nas chamadas “social theories of the press”, coincide, em sua exterioridade original mesma, com as práticas que se davam nos jornais de seu próprio tempo embora entre uns e outros não pareça existir a mais mínima relação de dependência.

Palavras-chave

Teorias do jornalismo, práticas jornalísticas, crítica das práticas jornalísticas, organicismo, “social theories of the press”

Abstract

This article is positioned in a gap in the press studies, exploring the theoretical production that approximates German and American scholars such as Albert Schäffle (1831-1903); Karl Knies (1821-1898); Karl Bücher (1847-1930); Ferdinand Tönnies (1835-1936); Albion Small (1854-1926); Edward Ross (1856-1951); Max Weber (1864-1920) and Robert Park (1864-1944), recovering this production, firstly called by H. Hardt (1979) “social theories of the press”, to materialize evidences that coincides, in its external origin, to the modern newspaper practices, although there seems to be no dependence between them, at the time.

Keywords

Press studies, newspaper practices, newspaper practices criticism, organicism, social theories of the press

Nas longas revisões que se ocupam das diferentes teorias do jornalismo há uma zona de sombra sobre uma estreita faixa de tempo – entre o final do século XIX e meados do século XX –, em que se falou como nunca de jornais e jornalistas. Pela primeira vez, através das noções que migraram entre scholars alemães e norte-americanos, como Albert Schäffle (1831-1903); Karl Knies (1821-1898); Karl Bücher (1847-1930); Ferdinand Tönnies (1835-1936); Albion Small (1854-1926); Edward Ross (1856-1951); William Sumner (1840-1910); Max Weber (1864-1920); e Robert Park (1864-1944), a prática jornalística foi objeto de uma trama epistêmica muito densa, elaborada fora do âmbito do jornal e marcada pela crítica à mecânica de poder que fazia funcionar o jornal moderno.

Este artigo dedica-se a revisar essas teorias exógenas, reunidas originalmente por H. Hardt (1979), nas chamadas “social theories of the press” e nasce com uma dupla ambição: 1. Resgatá-las do sono em que se encontram para o seio do jornalismo moderno, e, com isso, dar conta de sua contribuição para o entendimento do papel e da função da imprensa na sociedade; e, 2. Materializar evidências de que, embora entre uns e outros não pareça existir, na época, a mais mínima relação de dependência, há um estreito parentesco entre essa produção teórica e o modo jornalístico de objetivação das coisas que passam na realidade.

Jornalismo e sociedade

As notícias eram produzidas pelos jornais e criticadas asperamente por esse conjunto de teorias que fundariam, isso sim, um outro nível de conhecimento (Foucault, 1995:206,211). Não obstante, em ambos os níveis de conhecimento – o

“O discurso jornalístico banalizou o discurso biológico e, ao mesmo tempo, no discurso acadêmico, os jornais tomaram a forma de órgãos vitais de governos e negócios...”

jornalismo e o pensamento acadêmico sobre o jornalismo –, se manifestava uma certa estrutura de pensamento inspirada na visão da sociedade como organismo.

O discurso jornalístico banalizou o discurso biológico e, ao mesmo tempo, no discurso acadêmico, os jornais tomaram a forma de órgãos vitais de governos e negócios, desviando-se de uma função original atribuída e reclamada pela ciência social – produzir e divulgar informações – para servir às elites econômicas e políticas, mais concretamente, ao estado burguês em seu projeto de corrigir as deformidades do “corpo social” (M.H. Capelato, 1989:134).

Vejamos, primeiramente, a constituição do discurso acadêmico em sua dupla face, no quadro geral do pensamento organicista e como um vetor de crítica às práticas de jornal:

1. Schäffle afirmava que a imprensa diária participava do organismo social como um sistema conectado de células, um sistema que dava vazão às correntes intelectuais e vivia um constante malabarismo. Por um lado, a imprensa pactuava com o governo, os políticos e os partidos políticos; coletava e transmitia as idéias das elites. Por outro lado, em sua relação com o público, se apresentava como um órgão da opinião pública (citado em Hardt, 1979:68-69). Como “fabricante” (maker) da opinião pública, a imprensa era, segundo Schäffle, o primeiro poder do estado, a chave para o sucesso da ação social e do exercício do poder, que cumpria com duas grandes funções: transmitir informações e proporcionar visibilidade ao poder. Neste contexto, os jornalistas não eram criadores de idéias, eles desempenhavam o papel de modificadores e mediadores, posicionando-se entre os líderes da sociedade

e o público. Alguém como o jornalista, que pensa, sente e vive o cotidiano, normalmente é incapaz de realizar um trabalho intelectual sério. Daí o papel crítico das ciências sociais no novo modelo econômico que Schäffle sugeriu para que a empresa jornalística se tornasse independente das pressões da publicidade e vinculada a indivíduos, partidos e organizações tanto públicas como científicas. As ciências sociais, dizia, deveriam fornecer insights para por fim no charlatanismo do governo e no culto à verbosidade na imprensa, entre outras coisas, ou, nas palavras de Schäffle:

“...positive insights (...) this would have put an end to charlatanism of government, to the cult of verbosity in the press, to the deception of the audience, to the contamination of journalism with literary scum, and to the paid sophistry and rhetoric.” (Hardt, 1979:71)

2. Bücher concebia os jornais como órgãos que irradiavam os impulsos intelectuais dos centros políticos e culturais às massas e coletavam as reações dessas a serviço do movimento intelectual. Uma espécie de cinturão de circulação contínua de informações entre os líderes e o público que, freqüentemente, poderia ser manipulado pelo velho truque da demagogia, para publicar idéias de indivíduos ou interesses específicos de grupos como se refletissem o sentimento e o interesse das massas. Segundo Bücher, “a well known trick of demagoguery consists of presenting subjective ideas and special interests as ideas and interests of people” (citado em Hardt, 1979: 108). Essa atitude dava espaço no noticiário a materiais que exploravam visões parciais e/ou distorcidas do que acon-

“...os jornais serviam a dois senhores simultaneamente: ao interesse público em sua cobertura informativa e ao interesse privado nas colunas de publicidade.”

tecia na realidade (“one-sided materials”) e, principalmente em época de guerra, poderia causar mais estragos do que um ataque armado em campo de batalha. Em 1915, para dar conta dessa distorção no sistema jornalístico, Bücher esboçou a figura que ocuparia, mais tarde, o bojo do conceito de gatekeeper. Nela descreveu o editor de telégrafo, que recebia e selecionava o material produzido pelas agências de notícias nacionais e internacionais que, por sua vez, faziam chegar até os jornais os relatos dos correspondentes que mantinham em todo o mundo (Hardt, 1979:110). Bücher acreditava que no comando do telégrafo, esse editor estava exposto à propaganda de guerra, aos interesses nacionais, de grupos de pressão ou “de seu patrão”, e que, em sua posição de filtro do noticiário não levava nada disso em conta. Ao conduzir o processo de seleção, considerava as suas primeiras impressões que, não iam além de uma avaliação da veracidade do noticiário. As condições de produção das notícias não eram avaliadas. E assim, no controle do telégrafo, o editor suprimia as notícias que considerava desagradáveis dando importância às agradáveis.

Na perspectiva de Bücher, os jornais serviam a dois senhores simultaneamente: ao interesse público em sua cobertura informativa e ao interesse privado nas colunas de publicidade. Como empresas, produziam mercadorias que podiam ser vendidas somente porque coexistiam com uma seção editorial (citado em Hardt, 1979: 107). Neste sentido, desenvolveram-se de maneira semelhante ao sistema das trocas comerciais. Como instituições comerciais tinham como função facilitar as trocas de bens simbólicos e materiais:

“In fact, the newspaper forms a link in the chain of modern commercial machinery; it

is one of those contrivances by which in society the exchange of intellectual and material goods is facilitated. Yet it is not an instrument of commercial intercourse in the sense of the post or the railway, both of which have to do with the transport of persons, goods, and news, but rather in the sense of the letter and circular. These make the news capable of transport, only because they are enabled by the help of writing and printing to cut it adrift, as it were, from its originator, and give it corporeal independence.” (Hardt,1979:103)

3. Small aproximou-se de Schäffle e Bücher; enfatizava a linguagem como um meio de transmissão das tradições, a comunicação como um sistema nervoso e cada indivíduo como uma “célula terminal” no processo de comunicação. Em seus trabalhos em parceria com Vincent, Small definia a imprensa como um conjunto de canais físicos e psicológicos que materializavam símbolos para distribuí-los a grupos sociais de diversas magnitudes, ou seja, definiu-a como:

“...all the arrangements of communicating channels for the collection of ideas, the embodiment of them in printed symbols, and the distribution of the latter throughout social groups of greater or less magnitude.” (Hardt,1979:199)

Esse processo de produção e distribuição de símbolos impressos, segundo os dois autores, era voltado às necessidades de vários segmentos da sociedade, ou a interesses de grupos especiais ou organizações. Com isso a imprensa se tornaria o principal meio de comunicação entre as diferentes lideranças e seus seguidores ou, em outras palavras, os impulsos co-

“...a imprensa, juntamente com outras instituições sociais, como as universidades e as igrejas, disseminava os referentes do homem comum...”

municados pelos jornais dariam direção e estímulo às interações de todo o tipo: entre os pesquisadores, que apresentavam o resultado de suas pesquisas através de livros e jornais; entre os líderes religiosos, que possuíam seus próprios jornais para difusão de sua doutrina; entre os governantes, políticos, partidos e sindicatos, que da mesma forma fundavam jornais próprios ou exerciam influência sobre outros jornais. A imprensa existia para influenciar quem exercesse liderança dentro dos limites da sociedade, mas, como o jornal precisava se manter atrativo o suficiente para atingir um grande número de consumidores, o seu conteúdo refletia não apenas o desejo das elites, era um reflexo do gosto popular, e era essa necessidade de adaptar-se ao público e seus preconceitos que impedia o jornal de influenciar positivamente a opinião pública. O sensacionalismo, para agradar o público, combinado com os interesses próprios, e algumas vezes a corrupção, levavam à distorção dos fatos. O jornal, entretanto, não era a fonte final da maldade; a responsabilidade deveria ser distribuída a todo o organismo social.

4. Sumner dizia que a imprensa, juntamente com outras instituições sociais, como as universidades e as igrejas, disseminava os referentes do “homem comum” (como uma parte representativa da massa, que vivia dentro da rotina e da tradição), do americanismo ou do patriotismo, entre outros padrões de comportamento, para o mal do organismo social. Esses referentes, que exploravam sentimentos e interesses, não uma necessidade intelectual, eram úteis para coagir as pessoas que não haviam sido treinadas para verificar e contrastar as afirmações e as mentiras (citado em Hardt,1979:219). Dentro deste

quadro, em que a opinião pública era um assunto mais de emoção que de razão e a emoção era algo desenvolvido em conexão com interesses mais ou menos localizados pela imprensa, Sumner não acreditava na imprensa como uma esfera eficiente de discussão de problemas cruciais para a sociedade; ele dizia que os jornais não tinham condição de participar do debate social porque “eram forçados a captar leitores como moscas, não se aprofundavam em nada e não costumavam voltar atrás nos erros que cometiam” (idem, *ibidem*). De acordo com Sumner, o jornal se debateria entre sua responsabilidade social em uma democracia e o seu potencial econômico:

“...the press is, on the one side, an institution of indispensable social utility, and on the other side a foul nuisance.” (citado em Hardt, 1979:218)

5. Tönnies referiu-se repetida e extensivamente ao papel e à função do jornalismo na sociedade ao longo de sua vida, chamando a atenção para o poder que começa a ser mais transparente neste século. Para ele, os jornais eram, simultaneamente, um instrumento do pensamento liberal e, como tal, fortaleciam os valores conservadores da sociedade, eram indispensáveis como meio de expressão para os indivíduos e os grupos e, como tal, podiam estar a serviço de grupos de interesse, e o seu poder não estava confinado a um país em particular. A sua influência era mundial e, como tal, o seu poder poderia ser exercido em uma escala global. As idéias de Tönnies adiantaram, com base na imprensa e no telefone, o que seria discutido muito recentemente na esfera do ciberespaço, tanto em relação aos efeitos

“...livros e jornais serviam como veículos para as mais diferentes idéias e podiam se transformar em armas para as forças políticas.”

dos meios sobre o público como quanto ao seu poder de implodir (McLuhan:1969) as fronteiras nacionais e criar uma cultura mundial e um mercado globalizado. Os estados nacionais (*Gemeinschaft*), dizia, eram um fenômeno transitório à luz de uma *Gesellschaft* (sociedade) internacional (G. Marx, 2000:3).

Tönnies acreditava igualmente que livros e jornais serviam como veículos para as mais diferentes idéias e podiam se transformar em armas para as forças políticas. A opinião pública era geralmente fabricada:

“One produces opinion because one expects an advantage from it if it should come to be shared by many, and this advantage differs little from the profit which the merchant and entrepreneur are seeking. The powers of capital are intent not only to bring about a favorable opinion concerning those of their competitors, but also to promote a generalized public opinion which is designed to serve their business interests, for instance, regarding a policy of protective tariffs or of free trade, favoring a political movement or party, supporting or opposing an existing government.” (Hardt, 1979:148)

Os governos ambicionavam converter suas próprias opiniões em opinião pública (citado em Hardt, 1979:148). A mesma pretensão podia ser atribuída, segundo Tönnies, à religião e à ciência. A imprensa poderia ser o seu instrumento mais efetivo:

“Very generally, one can say that public opinion is the opinion of the educated classes as against the great mass of the people. However, the more the masses move upward and the more they participate in the advan-

ce of education and political consciousness, the more will they make their voices count in the formation of public opinion. Always public opinion remains the judgment of an elite, that is, a minority, frequently, to be sure, a representative minority, at times, however, a minority that is entirely out of contact with the mass of the people.” (Hardt, 1979: 149)

Dentro do quadro das ciências naturais, Tönnies reconheceu a existência de três estados da opinião pública: sólida, fluida e gasosa. A primeira estava presente nas idéias que prevaleciam em determinadas condições históricas e que na moderna sociedade europeia podiam ser identificadas com a liberdade individual e econômica, formas de governo e racionalidade. O estado fluido da opinião pública com sua vida curta, consistia em opiniões parciais sobre assuntos temporários: questões sobre atitudes com relação ao trabalho e a mulher como força de trabalho, delinquência juvenil, etcétera. O estado gasoso teria várias características: era formado por opiniões altamente instáveis, que apareciam e desapareciam em função das mudanças freqüentes dos objetos de atenção (Hardt, 1979: 142-143).

6. Knies relacionou a sociedade a um organismo cuja maturação estava ligada ao desenvolvimento do sistema social de comunicação. Ou seja, o processo histórico da comunicação, iniciava no contato pessoal, prosseguia com os mensageiros, a invenção do telégrafo e os jornais, e ocorria simultaneamente às mudanças sociais e econômicas. Os jornais, por exemplo, eram meios de transmissão de informações através do tempo e de vastas distâncias, que pretendiam atender às necessidades mais imediatas do público de obter

mais informação por menos dinheiro (Hardt, 1979: 92). Através das notícias esses criavam a necessidade da informação diária e do consumo em geral, o que atendia tanto às demandas da economia de consumo de mercadorias como do receptor de notícias e do estado moderno de disseminar as políticas públicas (Hardt, 1979: 91). Para Knies, os países com grandes áreas territoriais encontravam um grande aliado nos jornais a medida que precisavam estabelecer redes de comunicação para que a população participasse dos negócios públicos. Por outro lado, Knies acreditava que uma imprensa forte poderia romper com o monopólio econômico e cultural das grandes metrópoles:

“Our countries would not be able to tolerate the local concentrations of official actions in Paris, London, etc.” (Hardt, 1979: 91)

7. A idéia de Park de organismo social estava muito unida à existência de ação coletiva, consenso¹ e interação entre a maioria de seus membros através da comunicação: “em uma palavra”, dizia, “a sociedade existe onde há comunicação”, e é nesta situação de dependência estrita que a comunicação poderá reduzir as divergências para cumprir a sua função de manter a unidade e a integridade do grupo cultural em duas dimensões: tempo e espaço (citado em B. Conde, 2002: 90-102). No amplo sentido que lhe foi atribuído por Park, “a comunicação era imprescindível no processo cultural”, porque tornaria possível o consenso e a compreensão entre os indivíduos que compõem um grupo social; estabeleceria a rede de costumes e de expectativas mútuas que uniria instituições sociais tão diferentes como a família e o sindicato; manteria as condições ne-

¹Escreve Park: “La sociedad humana, entonces, a diferencia de la animal, es principalmente una herencia social, creada gracias a, y transmitida por, la comunicación. La continuidad y la vida de una sociedad depende de su éxito en transmitir de una generación a otra sus costumbres, tradición, técnicas e ideales. Desde el punto de vista del comportamiento colectivo estos rasgos culturales pueden todos reducirse a un término: ‘consensus’. La sociedad, vista abstractamente, es una organización de individuos; considerada de forma concreta es un complejo de hábitos organizados, sentimientos, y actitudes sociales, en resumen, consenso” (citado em B. Conde, 2000: 90).

cessárias ao funcionamento da sociedade; asseguraria a passagem de uma geração a outra da história da tradição. Já em seu sentido instrumental, Park concebia os meios de comunicação como extensões da comunicação humana e como supressores das barreiras físicas ou espaciais que separavam as pessoas. Neste sentido, mencionava o grande poder do cinema na hora de transmitir as atitudes e modos de vida americanos; já as notícias tinham, segundo Park, função referencial ou didática; não tinham estatuto científico e eram indispensáveis para o governo e os negócios, ou, em outras palavras, podiam ser instrumentos de controle social cumprindo uma função que em outras circunstâncias históricas, havia sido exercida espontaneamente pela própria comunidade através dos contatos pessoais e dos rumores (B. Conde, 2000:94-95, 106; 237). Park não determinou qual meio exercia influência mais efetiva no processo cultural e a mais decisiva para as mudanças culturais: o jornal, o cinema ou o rádio, o que parecia ter claro, no entanto, é que a influência de cada um deles era diferente (B. Conde, 2000:107).

8. A imprensa, dizia Weber, é um dos componentes do caráter objetivo da moderna cultura (Hardt, 1979:172). O jornalista político era o representante mais importante das espécies demagógicas, um intelectual cuja responsabilidade era maior que a do sábio. O jornalista político como um tipo de líder político, ocupava uma posição de poder; podia teoricamente controlar a difusão de informação e opinião e simultaneamente ascender a uma posição de proeminência política (Hardt, 1979: 117-129). Como um jornalista político, segundo Hardt, Weber escreveu com autoridade carismática, como um teórico social

“A teoria biológica dos séculos XIX e XX se estabeleceu rapidamente nos discursos dos jornais.”

reconheceu o perigo dos líderes carismáticos para a liberdade dos indivíduos (citado em Hardt, 1979:160). Na academia, num esforço pioneiro para desenvolver uma *Zeitungswissenschaft* (sociologia do jornalismo), apresentaria um projeto de investigação que não chegou a levar adiante e que envolvia a cooperação de jornalistas e teóricos. Baseado na premissa de que a coleta quantitativa de dados relevantes é o primeiro passo em direção à formulação de afirmações qualitativas sobre o papel e a função da imprensa, Weber descreveu o entramado da investigação em termos gerais:

“...debemos orientar la investigación sobre la prensa en el siguiente sentido. Preguntando: Primero: Qué aporta la prensa a la conformación del hombre moderno? Segundo: qué influencias ejerce sobre los elementos culturales objetivos supraindividuales?, qué desplazamientos se producen en ellos?, qué se destruye o es nuevamente creado en el ámbito de la fe y de las esperanzas colectivas, de ‘la sensación de vivir’ (Lebensgefühl) – como se dice hoy en día –, qué posibles actitudes se destruyen para siempre, qué nuevas actitudes se crean? Son éstas las últimas preguntas que formulamos y ustedes, estimados oyentes, verán en seguida que el camino que media entre estas preguntas y su contestación es extraordinariamente largo.” (1992:258)

O discurso da ciência nos discursos jornalísticos

A teoria biológica dos séculos XIX e XX se estabeleceu rapidamente nos discursos dos jornais.

Os jornalistas, como vimos em trabalho anterior, fizeram milhares de cruzamentos entre o organicismo e a sociedade: re-

lacionaram naturalmente o organismo social e os acontecimentos patológicos, como a abolição da escravatura, quando essa lançou no “sistema arterial do nosso organismo político a massa impura e formidável de dois milhões de negros subitamente investidos de prerrogativas constitucionais”; exigiram a ação policial na repressão e marginalização dos elementos menos adaptados “perturbadores da ordem”, que impediam o crescimento sadio da sociedade brasileira (B. Marocco, 2004; J. de Mesquita, citado por Capelato, 1988:81; S. Chalhoub, 1986; M.M.B. de Araújo, 1994; W. Fraga Filho, 1996; S. Pesavento, 1996, 1998; A.Z. Vargas, 1998; C. Mauch, 1998).

A presença das prostitutas, mendigos, jogadores, vagabundos e desempregados era tida como sintoma de um “organismo enfermo” (Marocco, 2004). Em uma hierarquia das espécies os jornais classificaram os mendigos e os sem-trabalho, respectivamente de “elementos prejudiciais à nossa vida e nocivos ao nosso progresso”, e “uma das mais sórdidas chagas sociais” (O Estado de S. Paulo, 1 de outubro, 1933, citado por Capelato, 1988:131-132). As prostitutas foram descritas como a “chaga cancerosa da sociedade” (Gazetinha, 11 de maio, 1898). Os meninos e os jovens: “filhos das últimas camadas sociais”; “filhos do mal e do lodo” (O Independente, 12 de outubro, 1905; 16 e 30 de janeiro, 1908, citados em Pesavento, 1998: 123). Contra estes “agentes da desmoralização social”, os “ratos e ratões das bodegas”, O Independente queria uma “guerra sem trégua” em que a polícia lutasse como as autoridades públicas sanitárias que combatiam e exterminavam os ratos, as pulgas e a peste bubônica:

“...assim como as autoridade públicas sani-

tárias batem-se numa guerra sem trégua contra os ratos, as pulgas e a bubônica, a vós cumpre também seguir-lhes os exemplos, batendo-vos contra os ratos e ratões das bodegas, esses genuínos agentes da desmoralização social (12 de janeiro, 1902).”

Uma cartografia jornalística

Em seu esforço explicativo, os jornais porto-alegrenses decimonônicos criaram uma nova cartografia² em que uma certa cidade viu a luz; não se referiram nem a cidade alta, nem a cidade baixa, como as pessoas costumavam tratá-la em função das características físicas do terreno acidentado de Porto Alegre, nem à rede fina das ruas que formavam um complicado e denso entramado urbano. Diariamente, produziam relatos que salientavam o que saía da normalidade. Em um estranho inventário, esses jornais sinalizavam onde havia ocorrido ou poderia ocorrer um delito, as construções onde prosperavam a ociosidade e a imoralidade, ou as ruas onde a falta de higiene e a sujeira colocavam a saúde pública em risco iminente. Do ponto de vista dessas imagens jornalísticas, Porto Alegre era uma cidade cheia de perigos, violenta, suja e imoral:

1. Os jornais porto-alegrenses *Gazetinha* e *Gazeta da Tarde* descreviam uma cidade bestial, que à semelhança da “grande caverna do mal”, descrita por Victor Hugo, rompia com a ordem social, com o direito, a ciência, o progresso e a civilização:

“Por debajo de todas las minas, de todas las galerías, por debajo de todo el progreso y de la utopía, mucho más abajo y sin relación alguna con las etapas superiores, está la última etapa. Lugar formidable. Es lo que hemos llamado el tercer subterráneo. Es la fosa de las tinieblas. Es la cueva de

²Dentro de nosso mundo cotidiano, segundo Y. Michaud, independentemente dos jornais, estes trajetos urbanos perigosos estão muito bem definidos e fortemente delimitados (1998:50).

Neste sentido, os mapas jornalísticos não são mais do que novos mapas da “periculosidade” construídos sobre os mecanismos de segregação social que operam no interior da sociedade autorizando ou não os deslocamentos pela força do hábito.

los ciegos. Comunica con los abismos. Es la gran caverna del mal. Las siluetas feroces que rondan en esta fosa, casi bestias, casi fantasmas, no se interesan por el progreso universal, ignoran la idea y la palabra.” (1998:314)

Os jornalistas, na mesma linha do livro Patron-Minette, focalizavam de uma maneira particular um “lugar formidável” que a sociedade inteira pretendia destruir e que o jornalismo, na medida que compartilhava essa meta, deveria observar e registrar, seguindo a tática da luz, muita luz sobre eles, que havia sido recomendada por Victor Hugo:

“¿Qué se necesita para hacer desaparecer esas larvas? Luz. Mucha luz. Ni un murciélago resiste la luz del alba. Hay que empezar por iluminar la sociedad de arriba” (1998:317)

Nesse sentido, a Gazeta da Tarde dizia que Porto Alegre estava contaminada por um “conjunto de vagabundos malfeitores”, e era urgente acabar com eles, corrigi-los severamente. Esses indivíduos, “sem ofício nem benefício”, entregavam-se à mais completa ociosidade e aos vícios, quando havia muito trabalho para distribuir. Em consequência, disse o jornalista, aumentavam os crimes que tinham como motivo o roubo:

“Porto Alegre está inçada de uma malta de vagabundos malfeitores, que torna-se urgente acabar com ela. Esta corja de indivíduos, sem ofício nem benefício, quando há tanto trabalho a distribuir, é preciso ser corrigida severamente. Entregam-se à mais completa ociosidade e aos vícios e a inconsequência é o que se está vendo, a perpetra-

ção de tantos crimes tendo todos por móvel o roubo.” (27 de julho, 1897)

Uns dias depois, a Gazetinha acrescentava que a pacífica capital de um estado ordenado se parecia mais a uma “cidade turca, entregue aos salteadores”:

“A capital do Rio Grande do Sul parece mais, hoje em dia, um esconderijo de bandidos do que a primeira cidade de um estado civilizado... já não é mais a pacífica capital do ordeiro estado do Rio Grande do Sul, parecendo-se antes com alguma cidade turca, entregue aos salteadores.” (1º de agosto, 1897)

No ano anterior, o jornal afirmara que Porto Alegre podia ser comparada à antiga Calábria. Na mesma nota, a Gazetinha situava o problema nos pequenos roubos e agressões a transeuntes ocorridos durante a noite. No dia 2 de maio de 1896, por exemplo, o operário Pedro Miliarelli foi “saqueado” e “esbordado barbaramente” no mercado de peixe. Na mesma semana um operário da companhia de bondes tinha sido assaltado no caminho do Arraial do Partenon:

“Dia a dia (...) estão os jornais a noticiar agressões a transeuntes durante a noite, algumas das quais em pontos não muito distantes do centro da cidade. (...) Durante o dia temos polícia (...) para multar, principalmente, porém à noite ela é avis rara no centro da cidade depois das dez horas, e desaparece completamente dos subúrbios deixando-os à mercê dos vagabundos, dos gartunos e dos salteadores de estrada. Na noite de 2 do corrente um pobre operário italiano, mais de 60 anos e de nome Pedro Miliarelli, tendo adormecido no mercado de pei-

“...a Gazeta da Tarde dizia que Porto Alegre estava contaminada por um conjunto de vagabundos malfeitores, e era urgente acabar com eles, corrigi-los severamente.”

xes, junto à uma das bancas, aí foi saqueado em centos e tantos mil réis sendo que, além disso, para glorioso fecho de obra, foi esbordado barbaramente. (...) Em uma das primeiras noites desta semana, também foi saqueado um empregado da Companhia Carris de Trens Porto Alegrense, no caminho do arraial do Partenon. (...) Estamos na antiga Calabria.” (9 de maio, 1896)

2. Nas ruas sujas e feias de Porto Alegre os jornalistas inventariavam os cortiços em que viviam amontoadas as classes menos favorecidas. Em estábulos em ruínas que não serviam nem mesmo para guardar cavalos, velhos e jovens, homens e mulheres, crianças e até bebês acomodavam-se com seus poucos pertences, todos juntos e sem a menor intimidade. Dez ou quinze pessoas compartilhavam um cubículo sem ventilação. João do Rio³ descreveu com detalhes a sua participação na captura de uns “pívetes” que o conduziu ao interior de um destes “círculos infernais”, guiado por um delegado de polícia. O seu relato:

“O encarregado, trêmulo, seguiu à frente, erguendo o castiçal. Abriu uma porta de ferro, fechou-a de novo, após a nossa passagem. E começamos a ver o rés-do-chão, salas com camas enfileiradas como nos quartéis, tarimbas com lençóis encardidos, em que dormiam de beijo aberto, babando, marrinheiros, soldados, trabalhadores de face barbuda. Uns cobriam-se até o pescoço. Outros espapaçavam-se completamente nus. O mau cheiro aumentava. Parecia que o ar rareava, e, parando um instante, ouvimos a respiração de todo aquele mundo como o afastado resfolegar de uma grande máquina. Era a seção dos quartos reservados e a sala das esteiras.” (Gazeta de Notícias, 19

de junho, 1904, em João do Rio, 1997:282)

2.1 Por onde quer que houvesse este tipo de moradia, o lixo se acumulava com tal intensidade nas ruas, que os jornalistas chegaram a isolar os “focos de imundícia” em uma seção especial. Em uma destas notas a favor da limpeza urbana, a Gazetinha proporá que a Praça Pinto Bandeira troque o seu nome por Praça do Lixo:

“A Praça Pinto Bandeira (...) devia deixar de ser denominada assim, para chamar-se simplesmente praça do lixo.” (16 de dezembro, 1897)

Em outra nota da mesma campanha, o jornalista denunciou a falta de cuidados do município com as calhas do Beco do Poço, que freqüentemente estavam cheias de lixo:

“E aproveitamos a ocasião para chamar a atenção dos Srs. fiscais da intendência para o desasseio da referida Rua General Paranhos ou Beco do Poço; as calhas acham-se quase sempre cheias de porcarias.” (5 de março, 1896)

3. As ruas demasiadamente estreitas de Porto Alegre concentravam a imoralidade nos prostíbulos. O Beco do Fanha, o Beco do Oitavo, o Beco do Poço, o Beco do Império, a Praça do Paraíso, a Rua dos Sete Pecados Mortais resumiam o lado imoral da cidade. Quase diariamente, estes “imundos antros de perdição” eram apresentados nas páginas da Gazetinha, em uma cruzada que os jornalistas consideravam “um grande serviço à moral pública”. Este serviço, conforme reiteravam volta e meia, tinha um duplo objetivo: informar as mulheres incautas que de alguma ma-

³Cronista brasileiro que descreveu a cena urbana do Rio de Janeiro no início do século XX.

neira pudessem sentir-se atraídas pela prostituição e combater a negligência policial denunciando a localização daquelas “pocilgas” miseráveis onde imperava o vício da prostituição com seu “negro cortejo de misérias e desgraças”:

“...bem sabemos que caímos no desagrado dos habitués dos prostíbulos conhecidos pelo significativo nome de maternidade, mas não importa; a consciência de que prestamos um grande serviço à moral publica, que chamamos a atenção de muita mulher incauta que eventualmente possa ser atraída aos imundos antros de perdição, é um poderoso incentivo para que prossigamos na inglória faina de denunciar à policia as miseráveis pocilgas, onde o vício da prostituição impera impunemente, com todo o seu negro cortejo de misérias e desgraças.” (21 de novembro, 1897)

As tramas organizadas em notas jornalísticas denunciavam a expansão geográfica da “grande hidra da prostituição”, aos arrabaldes, mas, principalmente exploravam os detalhes que ataçavam o morbo dos leitores. Informavam, por exemplo, que uma menina de 12 anos, vendida por seus pais a um proxeneta, era oferecida por este na Praça da Alfândega, ou que muitas das estudantes da escola de monjas da Rua do Arvoredo costumavam se prostituir (Gazeta da Tarde, 5 de agosto e 18 de setembro, 1895, citados em Pesavento, 1998:131). Três anos mais tarde o jornalista da Gazetinha dava um giro em seus procedimentos de observação e relato do cotidiano das prostitutas, anunciando previamente⁴ e narrando todos os passos da visita ao prostíbulo da crioula Fausta. Acompanhado por um guia, chegará na pequena casa antiga com três janelas, baterá à porta onde vivia a famosa prosti-

tuta, será atendido pela mesma, mas por causa da escuridão do lugar, não conseguirá “apreciar devidamente” sua fisionomia para revelá-la com precisão aos seus leitores:

“Na quadra seguinte e em frente a um sobradinho antigo, com três janelas no pavimento superior, e duas janelas e portas com corredor, no térreo, o Quirino parou.

— É aqui, disse.

— E agora?

— É só entrar e arranjar-se com a dona da casa (...).

Entramos com ele pelo escuro corredor da casa. (...) O Quirino, que seguia na frente, bateu e chamou em voz baixa: Siá Fausta! Ato contínuo a porta abriu-se e, no limiar desta apareceu uma crioula cujas feições não conseguíamos apreciar devidamente devido à escuridão do lugar...” (Gazetinha, 12 de maio, 1898)

Conclusões

Com o que vimos até este momento foi possível avançar no vazio epistemológico em relação a esse conjunto de teorias em cinco aspectos:

1. Sobre seus conteúdos, tão pouco explorados pelas revisões que se dedicam às teorias do jornalismo, salvo através de menções isoladas aos estudos sobre o jornalismo e a sociedade realizados por M. Weber e R. Park (N. Traquina, 2000 e 2002, M. Wolff, 1987). Neste sentido, em termos gerais, podemos concluir que essas teorias operaram uma aproximação às práticas jornalísticas com grande precisão e clareza. Ao mesmo tempo, nunca se falou tanto e tão asperamente dos jornais, da publicidade, dos mecanismos de controle social que perpassavam o discurso jornalístico. Mas, paralelamente a essas

⁴O jornal anuncia a visita: “Poucas vezes o intuito do escritor foi desnudar ante o público a mais horrível e cancerosa chaga da sociedade. Oh! dirão muitos, isso é baixo, é sujo demais para ser tratado pela imprensa. E nós lhe diremos: toda a questão que afeta o bem-estar da família, afeta a sociedade em geral” (Gazetinha, 11 de maio, 1898).

formulações teóricas, o discurso jornalístico continuava sendo produzido e disseminado com base em modos de fazer, regras, observações do jornalista, tradições reguladas pela prática e pelas pressões sociais e em um tipo de verdade plebéia, que estava “na verdade” do jornalismo da época. São esses elementos do âmbito de uma prática discursiva que dariam possibilidade a que se constituísse um certo discurso científico, ou seja, de nenhum modo, o saber⁵ jornalístico era abstraído daquelas teorias exógenas, apesar do repúdio que muitas vezes as mesmas dedicaram ao caráter institucional do jornalismo. E, vice-versa, na medida que o discurso jornalístico era sustentado por muitos dos conceitos que estavam no cimento das teorias sociais. Neste sentido, tais teorias jamais poderiam ficar fora de uma história da constituição do pensamento jornalístico.

2. Em segundo lugar poder-se-ia concluir que este novo tipo de racionalidade reconhece e descreve uma relação estreita entre o dispositivo jornalístico e a ciência, que conhecer a mecânica de seu funcionamento poderá auxiliar na identificação de novas formas de emergência do discurso científico no discurso jornalístico e vice-versa.

3. Em terceiro lugar, graças ao campo de forças enunciativo que se forma entre os discursos da época é possível descobrir como os jornais daquela época deram forma jornalística e um novo sentido a um conjunto heterogêneo de enunciados e pactuaram com o governo brasileiro e os reformistas em geral que pretendiam o controle social. Enquanto as reformas sociais eram executadas por uma rede de instituições, os jornais divulgaram uma infinidade de discursos sobre os indivíduos

os que as contrariavam⁶ e eram considerados uma ameaça virtual à sociedade.

4. Finalmente, com elas, é possível acompanhar a migração de algumas das noções daquela época às teorias contemporâneas; concretamente identificamos no passado conceitos de jornalismo de precisão⁷, agenda⁸, gatekeeper ou two step flow⁹. Desde a sua emergência, é possível descrever como esses conceitos se transformaram, como foram purificados até atingir as normas de cientificidade do campo jornalístico. Mas isso já é tema para uma próxima etapa desta pesquisa.

Beatriz Marocco

A autora é professora e pesquisadora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Bibliografia

- ANTELO, R. [Org.] João do Rio. A alma encantadora das ruas. São Paulo: Schwarcz, 1997.
- ARAÚJO, M.M.B. de. Cotidiano e pobreza. Impasses de sobrevivência em Teresina (1877-1914). Tese apresentada na USP para obtenção do título de Doutor em História, SP, 1994.
- BERGANZA CONDE, M^a. R. Comunicación, opinión pública y prensa en la sociología de Robert E. Park. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2000.
- BUCK-MORSS, S. Dialética de la mirada. Madrid: La Balsa de la Medusa, 1995.
- CAPELATO, M.H. Os arautos do liberalismo. Imprensa paulista 1920-1945. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CHALHOUB, S. Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- FOUCAULT, M. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FRAGA FILHO, W. Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX. Salvador: Hucitec/

⁵Nas palavras de Foucault, “a esse conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva, e indispensáveis à constituição de uma ciência, apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar lugar, pode-se chamar saber” (1995:206).

⁶Nossos estudos evidenciam que a visão dos jornalistas porto-alegrenses sobre a cidade está associada às pressões de diferentes instituições decimonônicas para embelezamento e modernização das cidades e normalização dos indivíduos, já denunciadas no Projeto das Passagens por W. Benjamin (Benjamin, em S. Buck-Morss: 995; Pesavento:1998; Marocco:2004, entre outros).

⁷Park defendeu o “jornalismo de precisão”, considerado inovador no quadro proposto por Phillip Meyer início dos anos 70 nos Estados Unidos (B. Conde,2000:21).

⁸Frazier e Gaziano e Rogers e Dearing consideram que a teoria da agenda setting encontra-se implícita no pensamento de Park (B. Conde,2000: 13).

⁹Bücher e Small reconheceram a função de gatekeeper dos editores; Small descreveu os níveis da comunicação (two step flow) fixados anteriormente por Schäffe e posteriormente por Lasswell (Hardt,1979:203).

Edufba, 1996.

HARDT, H. Social theories of the press. Early german & american perspectives. Beverly Hills: Sage Publications, Inc., 1979.

MAROCCO, B. Prostitutas, jogadores, pobres e vagabundos nos discursos jornalísticos. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

MARX, G. Forward to Ferdinand Tönnies, a theory of public opinion. Em web.mit.edu/gtmarx/www/tonnies.html/

MAUCH, C. Saneamento moral em Porto Alegre na década de 1890. In Porto Alegre na virada do século: Cultura e sociedade. Porto Alegre: Editora da Universidade, Editora da Unisinos, Editora da Ulbra, 1994.

MCLUHAN, M. Counterblast. N. York: Harcourt, Brace and World, 1969.

MICHAUD, Y. La violencia. Madrid: Acento Editorial, 1998.

PESAVENTO, S. Os pobres da cidade. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.

_____. O espetáculo da rua. [Coord.] Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996.

TRAQUINA, N. O estudo do jornalismo no século XX. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

_____. (org.) O estudo das notícias no fim do século XX. Revista de comunicação e linguagens. Lisboa: Relógio d'Água, 2000.

VARGAS, A.Z. Moralidade, autoritarismo e controle social. In Porto Alegre na virada do século XIX: Cultura e sociedade. Porto Alegre: Editora da Universidade, Editora Unisinos, Editora da Ulbra, 1994.

VICTOR HUGO. Los miserables. Barcelona: Editorial Andrés Bello, 1998.

WOLF, M. Teorias da comunicação. Lisboa: Presença, 1987.

Documentos mencionados:

Anais do Congresso Nacional. Projectos 33 A-1888, de repressão à ociosidade e as profissões desonestas, apresentado à Câmara de Deputados do Brasil em 10 de julho de 1888.

Jornais:

Gazetinha. 5.3.1896; 2.5.1896; 9.5.1896; 1º.8.1897; 21.11.1897; 16.12.1897; 11.5.1898; 12.5.1898.

Gazeta da Tarde. 27.7.1897.

O Independente. 12.1.1902.